



Resumo de Notícias

06/04/2016 - Sinttel-ES

Acidentes na Telemont preocupam trabalhadores e Sindicato

Ano passado, ocorreram 13 acidentes com afastamentos na empresa. Esse ano já aconteceram dois.

O próximo dia 28 de abril é lembrado pelo "Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho", instituído em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina nos Estados Unidos em 1969.

O Brasil é o campeão absoluto em acidentes de trabalho no mundo. A cada ano, ocorrem centenas de milhares de acidentes do trabalho em todo o mundo. Contudo, esses números representam apenas uma pequena parte da realidade, pois se referem unicamente aos trabalhadores vinculados à Previdência, não incluindo os servidores públicos estatutários. Além disso, não consideram os milhões de trabalhadores informais e os autônomos.

Em 2013, último ano em que foram apresentadas estatísticas de acidente no trabalho pelos Ministérios da Previdência Social (MPS) e do Trabalho e Emprego (MTE), ocorreram no Brasil 717.911. Porém, se voltarmos para o ano de 2007, quando começou a divulgação do Anuário de Acidentes de Trabalho, e somarmos todos os sete anos, esse número é de 5 milhões de vítimas, com 19,5 mil mortos e 101 mil inválidos.

Essa situação, segundo a Fundacentro – autarquia federal que estuda a segurança no trabalho -, é uma epidemia. Os técnicos da Fundacentro fizeram uma comparação com a Dengue. Entre 2007 e 2013 foram registrados no Brasil 5,3 milhões de casos de dengue, número equivalente aos acidentes de trabalho. Menos letal, a doença matou 3.331 pessoas, média de 475 por ano, contra 19.478 óbitos no trabalho, ou 2.780 por ano – os 720 mil acidentes anuais ainda deixam 14,5 mil inválidos permanentes. Cabe lembrar que, ano após ano, o combate à dengue mobiliza todo o país, um esforço que não se vê no combate aos perigos no trabalho. Os acidentes de trabalho matam seis vezes mais do que a dengue, doença sazonal que em todo verão impõe aos brasileiros o medo em escala

epidemiológica.

Mais de um acidente, com afastamento, por mês

Voltando para a realidade capixaba, no trabalho que é desenvolvido por trabalhadores/as terceirizados/as na Telemont, empresa que presta serviços na planta externa da Operadora Oi, o levantamento das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) com afastamento, emitidas pela empresa de fevereiro/2015 a fevereiro /2016, mostra que 15 trabalhadores foram vítimas de acidentes. (Veja tabela abaixo)

Você acha pouco? O Sinttel-ES afirma que não é. "As razões que levam a esses tristes números revelam a face cruel das relações Capital X Trabalho. As exigências, as cobranças por metas e resultados inatingíveis e os baixos salários nem sempre são contabilizados pelos empresários como causas, mais que evidentes, para que ocorram tantos acidentes. Em quase 100% dos casos de acidentes ocorridos na Telemont, o próprio acidentado, a vítima, é culpabilizada pelo ocorrido", destaca o presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann.

A prática da terceirização, processo predatório e exploratório a que muitos trabalhadores de Telecomunicações estão sujeitos, não economiza esforços em busca da lucratividade e produtividade. E a jornada é desgastante, há a pressão por metas a serem cumpridas, o que acarreta normalmente na extensão da jornada. O trabalhador é acionado por computador ou celular, a partir do momento em que acessa o sistema. Neste caso, a empresa controla a jornada, onde muitas vezes o trabalhador encerra seu expediente, mas, pela pressão da produtividade, continua no local de trabalho para finalizar o serviço. "Devido a isso, em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas", disse Marcelo da Silva Gomes, diretor de base do Sinttel.



Resumo de Notícias

Data	Local	Tipo de acidente	Lesão	Observação / Causa do acidente
02/2/2015	Cachoeiro	Mão direita	Corte	Cortou a mão numa folha de zinco que estava no telhado ao passar o FE.
10/2/2015	Cariacica	Ombro (E)	Luxação	Escorregou numa poça de água na rua e caiu por cima do braço, luxando o ombro
03/4/2015	Cariacica	Cabeça	Corte	Ao levantar-se bateu a cabeça na peça que trava a porta e cortou - LI CBA.
15/6/2015	Marataízes	Ombro (D)	Luxação	Enpinando cabos, auxiliava puxando a corda, a máquina agarrou e deslocou o ombro ao fazer muito esforço para soltar a corda.
26/6/2015	Guarapari	Cabeça	Corte	Instalando Oi Tv e, residencia, desequilibrou da escada e caiu do 4º degrau batendo a cabeça no chão.
04/8/2015	Vila Velha	Cotovelo e ombro	Fratura	Realizando empinamento de cabos, cordoalha arrebentou dois cabos, sofrendo queda da altura.
24/8/2015	Cariacica	Punho esquerdo	Contusão	Ao subri escada ára fazer limpeza de LI, pisou em falso no 1º degrau se desequilibrando e ao tentar segurar para não cair lesionou o punho.
26/9/2015	Guarapari	Tomozelo (E)	Distorção	Saindo do DG, descendo de um ressalto da garagem, tropeçou e troceu o tornozelo.
30/9/2015	Vila Velha	Tomozelo (E)	Distensão e torção	Intalando FE na parede de cliente, subiu em escada de fibra, que escorregou na ceramica, vindo a cair no chão.
13/10/2015	Itapemirim	Joelho	Contusão	Na rua, caminhão de bebidas ficou preso na rede da Embratel fazendo o poste cair em cima do caminhão da Telemont com trabalhadores dentro.
13/10/2015	Itapemirim	Dorso e coluna	Contusão e Traumatismo	Na rua, caminhão de bebidas ficou preso na rede da Embratel fazendo o poste cair em cima do caminhão da Telemont com trabalhadores dentro.
28/11/2015	Cachoeiro	Dorso	Traumatismo	Implantando cabos, desequilibrou da máquina de espinar ao retirar os talbartes para descer, caindo da escada uns 3 metros do chão.
04/12/2015	Cariacica	Ombro (E)	Contusão	Realizando emenda na rede telefonica na cada de cliente, escada não estava amarrada e piso inclinado, caindo de 2 metros do chão.
11/2/2016	Cachoeiro	Tomozelo (E)	Fratura	Iria retirar um isolador do poste, não amarrou a escada e antes de ancorar a escada escorregou, desceu alguns degraus e pulou uns 2 metros do chão.
25/2/2016	Linhares	Mãos	Fratura	Efetuando instalação telefonica, escada escorregou para trás causando a queda.

A prática da terceirização, processo predatório e exploratório a que muitos trabalhadores de Telecomunicações estão sujeitos, não economiza esforços em busca da lucratividade e produtividade. E a jornada é desgastante, há a pressão por metas a serem cumpridas, o que acarreta normalmente na extensão da jornada. O trabalhador é acionado por computador ou celular, a partir do momento em que acessa o sistema. Neste caso, a empresa controla a jornada, onde muitas vezes o trabalhador encerra seu expediente, mas, pela pressão da produtividade, continua no local de trabalho para finalizar o serviço. “ Devido a isso, em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no Brasil, oito são registrados em empresas terceirizadas”, disse Marcelo da Silva Gomes, diretor de base do Sinttel.

A pretexto de aumentar a produtividade com um quadro de pessoal insuficiente, vidas são tratadas como meras estatísticas, a legislação é desrespeitada e as mortes se sucedem, resume o diretor de formação do Sinttel-ES, Vanderlei Rodrigues.

O médico do trabalho Elver Andrade Moronte vê a banalização dos acidentes de trabalho no Brasil, como se fossem algo natural às atividades econômicas. Para ele, o país precisa ver isso como um problema de saúde pública e estabelecer políticas públicas para reduzir os riscos aos trabalhadores. Ele diz que os membros superiores são os mais vulneráveis porque as máquinas usadas não têm as proteções adequadas. E pode piorar.

O perigo está tramitando na Câmara dos Deputados. É o projeto de lei do deputado Sílvio Costa (PSC-PE) que pretende extinguir a Norma Regulamentadora NR 12, um conjunto de regras criadas em 1978 e que, em 2010, ampliou de 40 para 340 os itens obrigatórios a serem cumpridos para garantir a segurança e a integridade física dos trabalhadores que operam máquinas e equipamentos de todos os tipos. A NR 12 cobra a adaptação do maquinário já existente.

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/acidentes-na-telemont-preocupam-trabalhadores-e-sindicato/>



Resumo de Notícias

07/04/2016 - Telesíntese

Minicom decide lançar diretrizes para Anatel sobre PGO, concessão e PGMU, para unificar a política

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, anunciou hoje, 6, que será lançada até esta sexta, dia 9, portaria com diretrizes para a Anatel sobre o que o governo pretende que agência mude no Plano Geral de Outorgas (PGO), Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) e nos contratos de concessão. Segundo o ministro, a intenção do governo não é pela criação de um serviço único, mas na revisão dos contratos vigentes para a universalização da banda larga. Ele anunciou também o lançamento de uma consulta pública com tópicos para a formulação de uma nova lei geral de telecom.

O lançamento dessas diretrizes foi decidida para dar um único comando à agência e tentar acalmar o mercado, ainda bastante insatisfeito com o curto circuito provocado pela proposta formulada pelo conselheiro Rodrigo Zerbone, que, mesmo depois de publicada, continuou gerando muitas preocupações e dúvidas entre os grandes investidores.

Entre elas, a proposta de criação de um serviço único – móvel e fixo – sem estudo mais aprofundado está gerando incertezas muito grandes não só nas relações de interconexão entre as redes, mas também nos modelos de negócios. Sem falar de toda complexidade do processo de transição das concessionárias para o novo modelo de autorização privada. Há empresas que entendem que, pela proposta da Anatel, na verdade a migração não será “expontânea”, mas obrigatória. E mesmo que seja livre, executivos argumentam que “não fica nada claro como será a relação entre uma concessionária que não migrou e outra que migrou”, tudo muito confuso”.

Mas o que mais preocupa as concessionárias é a conta de chegada, que não está nada clara, sobre quanto será o saldo a ser cobrado para os investimentos em banda larga, qual o conceito de bem reversível a ser usado e que tipo de projeto o governo vai querer os investimentos privados.

Autorização com mais Garantia

Na portaria a ser publicada pelo Ministério,

explica o secretário de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão, vai estar definido claramente qual é a política pública para o setor e o que deverá ser regulamentado pela Anatel. Por exemplo, ele explicou que a intenção é que as regras de transição para o novo modelo esteja claro o novo modelo de autorização com mais garantias. Esses serviços essenciais já começariam a valer a partir desse contrato de concessão.

Ressaltou que as diretrizes não irão entrar nas questões regulatórias – por exemplo, vai explicitar que a política é dar prioridade para a banda larga em áreas menos competitivas (mas não definir metas, prazos, tecnologias ou velocidades).

Quanto ao regime único de serviço – objetivo final do governo, Martinhão afirma que essa mudança só poderá se alcançada mediante mudança legal. “A migração da concessão para autorização pode se dar por decreto, mas a extinção de regime, somente com mudança legal”, afirmou.

Anatel

O presidente da Anatel, João Rezende, assinou que tanto o Ministério como a agência estão unidos no diagnóstico da necessidade e urgência de se reformular o marco legal da telefonia fixa e priorizar a banda larga. Lembrou que já existem dois votos na agência e que ela é um colegiado de cinco pessoas, mas que está comprometida em tomar uma decisão no prazo mais rápido possível.



Resumo de Notícias

06/04/2016 - Altamiro Borges

Globo: arma de distorção em massa



A Rede Globo expôs na noite de 16 de março, por meio do Jornal Nacional, sua atuação empenhada no projeto golpista em curso, intensificando seus procedimentos de manipulação como um mecanismo de agitação e propaganda, empenhando o prestígio de sua audiência na tentativa de fazer com que protestos mirrados se tornassem grandes insurreições civis. Sua participação desde 2015 na propaganda dos atos contra o governo do PT, com polpidos financiamentos de empresas nacionais e internacionais, foi decisiva no crescimento de organizações reacionárias, até então minúsculas, a ponto de se tornarem forças políticas importantes no cenário nacional.

Ao entender a natureza e funcionamento da ação política da Globo, percebe-se que ela não é apenas um meio de comunicação, mas uma arma de distorção em massa com características que, de fato, atuam conforme a lógica de aparatos militares. Produzindo e mantendo uma dinâmica cultural que distorce a totalidade das lutas de classes, a Globo tem o poder de agir cirurgicamente e acertar com precisão o alvo a ser abatido em momentos de tensão, como o estado golpista que vivemos agora. Propomos uma observação histórica e técnica da emissora para entender a

função militarizada da Globo.

A Rede Globo de Televisão foi criada em 1965, no ano seguinte ao golpe de estado que instalou uma ditadura empresarial-militar no Brasil. Sua principal tarefa era a de consolidar um sistema nacional de televisão. Para isso, as Organizações Globo, que até então se resumiam a um jornal impresso carioca (O Globo), precisaram ser apoiadas técnica e financeiramente, a partir de um acordo com a empresa estadunidense de comunicação Time-Life. O financiamento estrangeiro feria a legislação sobre as comunicações da época, mas desde o nascedouro a Rede Globo de Televisão se mostrou hábil em contornar processos judiciais, em driblar CPIs e calar políticos e juizes. A história é contada em detalhes no livro *A história Secreta da Rede Globo*, de Daniel Herz [1].

Alavancada por esse aporte financeiro ilegal, a Globo é a primeira a transmitir um telejornal para todo o país (1965) e a primeira a transmitir a cores. Assim, a Rede Globo de Televisão se tornou imbatível para as demais concorrentes em seu meio e muito atraente para o mercado publicitário, estabelecendo um novo modelo de negócios que modificou completamente o setor de comunicações. Optou por centralizar a produção de suas mercadorias de ficção no Rio de Janeiro, se tornando líder em exportação internacional de telenovelas, concentrou no Rio e São Paulo sua estrutura de telejornalismo e criou um sistema de retransmissoras locais para dar conta da abordagem distorcida das realidades locais e regionais. Esse sistema de filiais consolidou a tessitura do poder envolvendo os donos de terra, políticos coronelistas locais e o controle dos meios de comunicação para perpetuação do poder e ataque a projetos inimigos, leia-se, àqueles forjados pela classe trabalhadora.

Assim, em meados dos anos 1970 concretizou-se no Brasil um monopólio privado da comunicação televisiva, com incrível capilaridade, alcançando quase 100% do território nacional, angariando parcela cada vez maior da audiência e, concomitantemente, do mercado publicitário.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/04/globo-arma-de-distorcao-em-massa.html>

05/04/2016 - Carta Maior

Paraísos Fiscais, Déficit Público e Concentração do Poder Econômico

No Brasil, além de uma estrutura tributária extremamente regressiva, há o escape de recursos para empresas offshore localizadas em paraísos fiscais.



O vazamento de mais de um milhão de informações das operações da empresa panamenha, especializada na criação de empresas em paraísos fiscais, está tirando o sono de muitos poderosos pelo mundo. Os chamados "Panama Papers" expõem à luz do sol o submundo das operações pessoais e empresariais cujos efeitos têm sido, sobretudo, o empobrecimento fiscal dos países. Um estudioso dos paraísos fiscais, Gabriel Zucman, autor do livro "The Hidden Wealth of Nations", calcula que 8 % de toda a riqueza mundial esteja denominada em paraísos fiscais.

Essas operações não estão, necessariamente, ligadas a ações ilegais, na ponta, ou seja, na abertura das empresas. Há, evidentemente, políticos que fizeram fortunas com propinas; há empresários com ganhos ilegais; há ricos e famosos que obtiveram ganhos por fora; e há mafiosos que lavam dinheiro. Para esses casos, a resposta é a ação da polícia e do fisco de cada país, obedecida a legislação vigente. Zucman estima que 80% daquela riqueza sejam ilegais.

Mas também preocupam as ações legais, os 20 % restantes, avalizadas pelas brechas legais das legislações superadas dos países e da inação com respeito ao assunto ao nível mundial. Os paraísos fiscais são legais. As empresas delas se beneficiam e pessoas no topo da pirâmide da distribuição de renda também.

Um exemplo paroquial. O que fez o ex-ministro Joaquim Barbosa exemplifica essa ação fiscalmente danosa, mas legal, acreditando que, de fato, assim tenha sido. Ele evitou pagar os necessários tributos pela transferência de recursos ao exterior, pela abertura de uma empresa em paraíso fiscal somente com uma intenção: a de comprar um apartamento no exterior sem pagar os tributos que lhe incorreriam se o fizesse sem a triangulação pela empresa offshore, criada apenas para isso. É uma burla.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Paraísos-Fiscais-Déficit-Publico-e-Concentracao-do-Poder-Economico/7/35883>